

4 CULTURA INFORMACIONAL: DEMARCAÇÕES DE UMA LINHA DE ESTUDOS DE CULTURA, INFORMAÇÃO E SOCIEDADE

Regina Marteleto

Nanci Nóbrega

Denise Morado

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da década de 1980, iniciou-se, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict/UFRJ, a construção da linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade, reunindo pesquisadores das áreas de ciência da informação, ciências sociais, filosofia, dentre outras. Seus marcos iniciais estiveram apoiados na perspectiva interdisciplinar, com a ampliação do espectro de questões da informação em ciência e tecnologia para incorporar outras esferas de produção, mediação e apropriação de conhecimentos. Tanto a problematização epistemológica do campo de estudos da informação no plano internacional, quanto o momento vivido no país com a abertura política, a expansão dos movimentos sociais e o fortalecimento das organizações não governamentais (ONGs), prenunciavam ainda uma década de mudanças nas ordens social e institucional, firmando-se o conceito de acesso à informação como um direito de cidadania. Os estudos da informação começaram pouco a pouco a incorporar em seus objetos de estudo uma visão dos sujeitos sociais não apenas enquanto usuários ou elementos figurantes nos contextos de operacionalização dos sistemas de informação, para valorar outras dimensões das práticas de informação na sociedade, nas quais os sujeitos sociais assumem novo espaço cultural e político.

Nos anos 1990, a linha de pesquisa Cultura, Informação e Sociedade, fruto do amadurecimento teórico-metodológico e da expansão de seus objetos, passa a denominar-se Configurações Sociais e Antropológicas da Informação, abrigando

diferentes grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict/UFRJ, dentre eles o grupo Antropologia da Informação (Antropoinfo), para o qual o estudo da informação nos processos de produção, mediação e apropriação social de conhecimentos passou a constituir, ao longo do tempo, a principal preocupação teórico-empírica. O foco das pesquisas projetou-se para a possível combinação entre as formas culturais, teóricas, históricas e práticas de conhecer e as suas configurações comunicacionais e informacionais, como meios de criação de políticas de gestão dos conhecimentos pelos grupos, agentes e entidades da sociedade, em seus diferentes segmentos e ambientes culturais. Os estudos com foco na interpenetração de diferentes formas de conhecimentos deram origem à categoria empírica “terceiro conhecimento”, empregada nas pesquisas para investigar as práticas de informação associadas às ações de intervenção e participação social.

Entre os anos de 2002 e 2006, associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECI/UFMG, o Grupo de Pesquisa Antropoinfo continuou a abordar a informação como fenômeno sociocultural e como elemento integrante de redes sociais configuradas por diferentes atores acadêmicos e não acadêmicos, nas ações de intervenção e participação social em saúde, estudando as redes em sua tripla dimensão – social, cognitiva e semântica – de modo a estudar tanto os elos entre os atores quanto a configuração de suas narrativas, capazes de expressar o movimento social e textual das informações.

Atuando desde os anos 1990 na vertente da informação e comunicação em saúde, entre 2008 e 2012 o Grupo de Pesquisa Antropoinfo vincula-se ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Ict/Fiocruz, alterando seu nome para Cultura e Processos Infocomunicacionais (Culticom), antes de retornar, a partir de 2013, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict-UFRJ, *locus* institucional onde havia se formado e se firmado, desde os anos 1980.

O esforço inicial das pesquisas do grupo foi o de procurar realizar a reconstrução histórica e social da elaboração da ideia de informação, a partir de dois eixos principais: a) como um problema de ordem prática e política para as

sociedades ocidentais nos processos de modernização cultural e de modernização social (M. Weber; J. Habermas; P. Bourdieu; A. Gramsci); b) como objeto de estudo da ciência, ambos associados aos modos de produção, disseminação e aquisição de conhecimentos sistematizados e veiculados pela escola, enquanto vetor principal da dinâmica cultural do Ocidente, portanto promotora de uma “cultura informacional” (SODRÉ, 1983; MARTELETO, 1987; 1994).

No mesmo caminho da leitura contextual e histórica da conformação de uma cultura informacional, estudaram-se diferentes configurações dos sujeitos nela inseridos, em relação aos quadros sociais, políticos, econômicos e científico-técnicos. A primeira formulação é a do “leitor”, elaborada pela modernidade iluminista entre os séculos XVIII e XIX na Europa. O leitor é aquele que se desloca em direção aos espaços do saber, da comunicação e da informação: os salões, os cafés, as escolas, as bibliotecas, e que se dedica, por gestos e atitudes, aos atos da leitura e da conversação. A escola, a ciência, a imprensa, a literatura fornecem os modelos de leitura e de consumo de obras, controlados pelo Estado (CHARTIER, 1990; BURKE, 2003; GINZBURG, 1990).

A segunda demarcação é a do “usuário”, com o desenvolvimento de modelos de conhecimento apoiados no positivismo e suas variantes, como o taylorismo e o fordismo, na atmosfera política e econômica do Estado-providência. Os cidadãos-leitores agora são considerados usuários e consumidores dos serviços e produtos de informação-comunicação ofertados pelo Estado ou por ele geridos ou controlados. A terceira formulação dos sujeitos da cultura informacional é fornecida pela associação entre informação-comunicação e o “cliente”, “consumidor” ou “decisor”, no quadro mais recente da globalização dos mercados econômicos e da mundialização da cultura, quando a produção do conhecimento e do saber parece incorporar atores múltiplos, sobretudo econômicos, além das esferas tradicionais de produção, circulação e apropriação afetas ao Estado. Finalmente, no próprio contexto da globalização do mundo e do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, assiste-se à interação dos sujeitos-indivíduos no assim denominado ciberespaço, envoltos nas infinitas redes de comunicação e na

abundância informacional. Entretanto, essas diferentes representações dos sujeitos da cultura informacional encontram-se presentes no cenário contemporâneo, por uma convivialidade discursiva, epistemológica e política que permite entrelaçar as diferentes e conflituais facetas dos sujeitos e o mundo de signos, imagens e sentidos que promovem suas identidades e representações.

O que interessa essencialmente à visão socioantropológica da informação é a ideia de “sujeito coletivo”, aquele que define o espaço da cidadania. No Brasil, como em outros países da América Latina e de outras partes periféricas do mundo, o sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural – forma a base de um conjunto de ações locais, regionais ou internacionais em movimentos sociais que vêm se organizando ao longo do tempo para exigir os direitos que não são respeitados em relação à população pobre: trata-se da “consciência de direitos”, da qual uma das mais relevantes nas sociedades regidas por uma cultura informacional é a do direito de expressão e acesso ao conhecimento, à comunicação e à informação.

Nesses diferentes caminhos interdisciplinares e interinstitucionais, e sem perder de vista o seu intento principal de estudar os processos de produção, circulação e apropriação de informações para a construção de um “conhecimento social”, o Grupo Culticom sedimentou, em diferentes pesquisas, teses, dissertações, monografias, publicações, a firme mediação da teoria social e suas metodologias no estudo das práticas informacionais, em diferentes contextos de aplicação. Entendendo o contexto, nesse caso, não somente enquanto uma área ou campo do qual se extrai a empiria, e mais como um terreno prático e epistemológico, com o qual os estudos da informação criam diálogos interdisciplinares com a mediação das ciências sociais e humanas.

Neste capítulo serão apresentados três recortes dos modos de construção dos objetos interdisciplinares de estudo do grupo em interação com as áreas da saúde, da literatura e da arquitetura e urbanismo, elegendo-se os conceitos de saúde-doença, leitura e espaço urbano, próprios a cada um desses campos ou disciplinas.

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E SAÚDE-DOENÇA

Nos planos científico, epistemológico e político do campo da saúde coletiva no país formularam-se, por meio da luta política e sanitária, novas compreensões conceituais e contextuais de doença e de saúde, o que assinala uma relação interdisciplinar do discurso da biomedicina com as ciências sociais em saúde. Assim, a área é especialmente sensível às reflexões interdisciplinares, quando entende que saúde e doença, além de serem fatos biológicos, fazem parte de uma realidade construída historicamente por meio da expressão simbólica coletiva e individual dos sujeitos (MINAYO, 1997; 2000).

A contribuição das ciências sociais, dentre elas as da informação e comunicação, ensejam a construção de um olhar crítico e contextualizado sobre a saúde, para dialogar com e integrar outras racionalidades na compreensão e no agir sobre os problemas e as condições de vida das populações. São os denominados processos de construção compartilhada de conhecimentos (CARVALHO, ACIOLI, STOTZ, 2001), a fim de promover a conversão entre o saber científico acumulado da ciência e os saberes construídos pelas classes populares a partir do suas culturas e experiências de vida. Em certas situações, essas formas híbridas de saberes poderiam dar origem a um “terceiro conhecimento” capaz de agir sobre as políticas de saúde e a realidade das condições de vida (MARTELETO; VALLA, 2003).

O propósito dos estudos do grupo de pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais é considerar esse universo vivido, com foco na cultura e no processo histórico de exclusão dos grupos populares do acesso aos serviços e equipamentos públicos, entre eles a educação, as tecnologias, a informação e a saúde. Nessa vertente, desde os anos 1990 o grupo buscou estudar, de maneira participativa, as ações comuns entre o campo científico, os profissionais dos serviços, os conselhos de saúde e os movimentos sociais, além das informações veiculadas nas mídias tradicionais e nas novas mídias sociais, em torno das questões de saúde da população. Um dos propósitos mais importantes desses atores atuando em redes de apoio, luta e solidariedade é a construção coletiva e compartilhada de

conhecimentos para obter a compreensão e alcançar as ações necessárias sobre os problemas de saúde e influir nas políticas públicas, por meio de saberes técnicos, científicos, práticos, históricos e populares.

As unidades de análise das pesquisas foram delineadas com foco na informação e comunicação em redes sociais locais, a partir dos pressupostos de que as relações entre os profissionais de serviço e a população são marcadas por uma exclusão ou assimetria histórica em relação aos saberes e culturas populares. As práticas infocomunicacionais são um dos espaços onde essa hierarquização de saberes se mostra de modo mais evidente e problemático.

Dispositivos de informação e comunicação em saúde

A partir de longa permanência dialogada e de parcerias do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais com pesquisadores do campo da saúde coletiva na vertente da educação popular e saúde, profissionais, grupos e organizações sociais, conselhos populares, representantes do poder público, alinhados com o pensamento de Paulo Freire sobre a educação popular, construiu-se a categoria operacional “terceiro conhecimento” para realizar as configurações discursivas, narrativas, informacionais e comunicacionais dos problemas de saúde vivenciados pela população. Os conceitos de “reserva simbólica”, “informação em movimento” e “excedente informacional” são empregados de modo complementar para estudar os usos, mediações e apropriações dos conhecimentos.

Construiu-se no caminhar das pesquisas um modelo interpretativo de análise (MIA), (MARTELETO, 2000; 2006) para orientar teórica e metodologicamente o estudo das redes sociais em saúde, construídas pela construção compartilhada de conhecimentos entre os diferentes atores. A construção do modelo interpretativo baseou-se tanto na estrutura comunicacional e informacional das redes sociais quanto na configuração das narrativas dos seus membros, o que motivou o estudo de sua estrutura hipertextual, levando à produção compartilhada entre os pesquisadores e os atores sociais, de alguns dispositivos de informação e comunicação em saúde: o “Almanaque da Dengue”; o “Zine Violento”; o “Almanaque do Agente Comunitário

de Saúde”. O objetivo desses dispositivos é representar os diálogos narrativos e as vivências dos participantes de redes sociais em saúde, em diferentes suportes, selecionados e produzidos coletivamente, onde os saberes e as falas populares ocupam um lugar central para se perceberem os traços e as mediações das informações e saberes compartilhados.

As pesquisas nas quais se produzem de maneira compartilhada os dispositivos de informação e comunicação em saúde têm levado à identificação das mídias de comunicação como um dos polos discursivos que conformam certa visão de saúde, de doença, de direitos, dentre outras, vigentes na sociedade. Nesse sentido, a mídia pode ser entendida como um campo social, composto por atores, discursos, veículos, instituições que estão o tempo todo disputando sentidos sociais e hegemonia. Está em jogo, portanto, a circulação de concepções de saúde que balizam projetos terapêuticos diversos, nem sempre coerentes com aqueles que orientam a condução das políticas públicas de Estado.

No outro polo está a população, cujas demandas emergenciais em saúde parecem não ser capazes de pressionar o Estado para respostas rápidas, como no caso da desorganização social provocada pelas epidemias, por exemplo. A população tende a ser considerada pouco ou insuficientemente informada pelos profissionais e gestores dos serviços de saúde, com o reforço das mídias tradicionais. Assim, explica-se a insistência em aumentar a veiculação de informações nos períodos de crise, como meio de atender a uma suposta “carência informacional”. No entanto, saber quais são as necessidades de informação das pessoas que vivem em áreas periféricas e comunidades demanda uma compreensão sobre o mundo cotidiano das relações e processos sociais objetivos e subjetivos, o que inclui a apropriação e o uso político da informação veiculada pelos serviços de saúde e pelas mídias, configurando um conhecimento informacional circulante e vivo, o qual passa a se constituir em “informação-estratégia”.

Essa temática tem sido debatida no contexto de reorganização do sistema de saúde brasileiro articulada ao tema da democratização e ampliação dos espaços de participação da população. Esse debate tem implicado, também, a redefinição

de objetos e metodologias de pesquisas que objetivam compreender as maneiras como se constrói a informação local em saúde, por entender que estas apontam para outras lógicas de construção de saberes em saúde, e por sua capacidade de induzir a ação social. Essa crítica, no entanto, parece estar presente, embora ainda de modo incipiente, apenas no âmbito da produção acadêmica, sem atingir os níveis de formulação de políticas públicas de informação e comunicação e o controle social na saúde.

Um campo conceitual a ser discutido, revisto, ampliado: trivialidade e objetos culturais

A categoria-noção “terceiro conhecimento” é empregada nas pesquisas para estudar as mediações e as disputas simbólicas entre os atores institucionais do campo da saúde (pesquisadores, técnicos, agentes do Estado), as mídias e a população, sobre os sentidos culturais, biológicos, sociais e políticos de saúde e doença, associadas às condições de vida. A “terceridade” do conhecimento está pois relacionada aos diferentes pesos de legitimidade e de poder das formas de conhecer, bem como às possibilidades de formação de elos cognitivos e simbólicos entre os saberes de cada parte para intervir nas políticas públicas e no controle social da saúde.

A abordagem socioantropológica da informação em saúde procura perceber certos elementos presentes nesses conflitos e alianças, como a tensão entre o *discurso* (ou linguagens autorizadas e de poder dos especialistas, gestores e técnicos da saúde) e as *narrativas* (ou linguagem do mundo da vida e da experiência), os quais dão origem a contrastes e interações, construindo um tipo de prática social que se pode denominar “narrativas informacionais” (RIBEIRO, 2005). Outro aspecto relevante refere-se às identidades e representações comunitárias, que se originam a partir de uma ambientação externa da informação, como, por exemplo, das mídias e do poder público, que podem gerar ou estimular esses estereótipos, capazes de impulsionar tanto quanto frear as ações. Portanto, um dos objetivos principais da informação e comunicação em saúde é confrontar, interpretar e reeditar saberes, projetos e representações para encontrar modo de sistematização dos

conhecimentos práticos construídos no meio ambiente da cultura e do cotidiano comunitário e institucional da sociedade. Para tanto, buscando novos elementos teóricos e metodológicos, como o conceito de trivialidade/*trivialité* (JEANNERET, 2008), associado à circulação social dos “seres culturais”, isto é, das ideias e objetos (saberes, valores morais, categorias políticas, experiências estéticas, sentidos humanos e históricos como o meio ambiente, o patrimônio, a saúde, por exemplo), produzidos e perenizados pelos sujeitos.

O percurso dos seres culturais na vida da sociedade permite não apenas sua apropriação, mas igualmente sua transformação: os seres culturais se dotam de valor nos processos de transmissão. O conceito de trivialidade é elaborado para analisar e interpretar esses fenômenos, que não são dos dias de hoje, como fazem crer os discursos das sociedades da informação e da comunicação, mas constituem problemáticas clássicas das ciências sociais e humanas, agora estudados pelos ângulos epistemológicos, teóricos e metodológicos das ciências da informação e da comunicação. No entanto, o que se pretende analisar por meio da trivialidade “não concerne apenas à circulação de objetos e de produtos, nem somente à história das ideias. Trata-se de processos ao mesmo tempo difusos e bem concretos, produtores de saberes e de representações, empregando recursos múltiplos, técnicos, simbólicos e de memória” (JEANNERET, 2008, p. 15). Por isso mesmo, trata-se de considerar a importância dos elos entre as “disciplinas de arquivo”, associadas aos textos, seus registros e conservação, às disciplinas voltadas aos fluxos, difusões e transmissões. Daí a inseparabilidade dos conceitos de informação e comunicação no estudo dos fenômenos da trivialidade.

Em outro eixo reflexivo associado às mudanças mais recentes na economia material da cultura, Jeanneret (2007, 2008) procura estudar como a invenção de novos objetos afeta a circulação social das informações e dos saberes, assumindo a dificuldade, para o pesquisador que observa e estuda esses fenômenos, de realizar uma iniciação racional e sintética sobre a pluralidade de questões referentes à relação entre dispositivos técnicos e socialização dos saberes e informações – e de adotar uma postura cultural diante das inovações. Observa-se que a noção vigente de

informação, tanto no imaginário social quanto no discurso científico, significa “forma” matematicamente representada, independente de qualquer conteúdo cognitivo, distante portanto de uma necessária percepção da informação como um fenômeno inscrito na ordem dos saberes e de sua distribuição e apropriação, no sentido social e cultural. Para recolocar a questão da informação na dimensão da apropriação dos saberes, é preciso referenciar que a informação – no sentido matemático do termo – e a informação – no sentido social do termo – são exatamente o contrário uma da outra, uma vez que a informação no sentido social tem por condição a interpretação, que a informação matemática precisa eliminar (TARDY, JEANNERET, 2007; DAVALLON, 2012).

Nessa perspectiva, algumas noções presentes no cenário histórico do modo de conhecimento da cultura informacional são retomadas e ressignificadas para refletir sobre a informação-comunicação: a) *instituição*: o valor cognitivo das mudanças tecnológicas não se define no absoluto, mas no âmbito de um “regime social de circulação e legitimação dos saberes”; b) *mediação*: as mídias têm uma espessura, que faz com que o que elas produzem não seja o simples transporte daquilo que recebem: “qualquer mídia é, de uma forma geral, um distanciamento, de forma que devemos compreender a sua opacidade própria, mais do que medi-la pela sua impossível transparência”; c) *apropriação*: os objetos informacionais são letra morta sem um olhar para qualificá-los e somente se tornam conhecimento-memória quando são objeto de um trabalho de produção intelectual compartilhado e discutido; d) *textualização*: as mídias, não sendo apenas registro mas espaço material legível, não transmitem propriamente informações, mas criam espaços de significação em meio a uma cultura de signos (JEANNERET, 2007, p. 63).

Refletindo ainda sobre as formas de apropriação dos saberes na cultura informacional e os dispositivos e textos em rede nos espaços virtuais, os autores do campo das ciências da informação e da comunicação na França, por exemplo, vêm configurando uma agenda de questões de pesquisa pontuada pela premissa segundo a qual o abandono da crença num “discurso fonte” da ciência, que as práticas do jornalismo e da divulgação teriam por missão difundir ou perverter, mostrou

a complexidade e a heterogeneidade das práticas de comunicação dos cientistas, abrindo vias para as análises intertextuais da relação entre comunicação científica e comunicação pública, entre a ciência e a sociedade (JACOBI, D.; COUZINET, V.; JEANNERET, Y.; LE MAREC, J.; SOUCHIER, E.). Nesse sentido, a abordagem da difusão dos saberes, dos “iniciados” em direção aos “profanos”, cedeu o lugar a pesquisas teóricas e aplicadas específicas sobre as relações efetivas entre saberes do senso comum e saberes científicos. Nesse quadro, a abordagem infocomunicacional, em lugar de se sobrepor à epistemologia, torna-se o centro do questionamento sobre a produção, o reconhecimento e a publicização dos saberes, abrindo novo campo de estudos ou uma “antropologia dos saberes”, ao colocar em questão a legitimação dos saberes em quadro mais extenso e complexo que ultrapassaria a categoria única da cientificidade, na qual normalmente se pautam as questões dirigidas à ciência (JEANNERET, 2004).

Nesse quadro, os estudos sobre informação, cultura e sociedade levariam em conta a ocorrência de “zonas de mediações” no contexto das redes sociais, dos dispositivos técnicos, das renovadas formas de linguagens e textualidades do mundo da cultura local, regional e global, refletindo sobre a característica tridimensional das redes, quando se trata de estudar os processos infocomunicacionais: a) a dimensão propriamente social e comunicacional, que permite traçar os elos, as interações e as motivações dos atores em função do convívio (concreto ou virtual) e dos interesses e objetivos compartilhados; b) a dimensão linguística e narrativa, na qual se observam os diferentes recursos cognitivos e informacionais que os atores acionam no compartilhamento de questões e em suas soluções; c) a dimensão semântica, que se visualiza quando os elementos interativos, comunicacionais, informacionais e cognitivos clareiam zonas de encaminhamento das ações e representações individuais e coletivas.

Estudar a produção e a apropriação social de saberes e informações nos novos contextos de uma cultura informacional, com foco nos significados canônicos e mais recentes da ideia de redes sociais, exige do pesquisador da cultura informacional a visão de que pensar com foco nas redes não implica adentrar o movimento dos fluxos

globalizados e abandonar o caráter de permanência, arquivamento e, portanto, de controle e poder de significação das informações. Mas, sim, considerar os espaços sociais concretos ou virtuais como cultura, ou seja, territórios onde se desenvolvem negociações, conflitos e interações produtores de novos sentidos e de saberes. O termo redes sugere ainda a adoção de uma observação relacional das interações e práticas sociais, o que requer a reconversão dos instrumentos epistemológicos, metodológicos, técnicos e práticos dos pesquisadores, além de uma atitude reflexiva e crítica sobre a sua própria atuação em redes da ciência.

INFORMAÇÃO E ESPAÇO URBANO

Referindo-se aos debates interdisciplinares do grupo Culticom com o campo da arquitetura e urbanismo, parte-se do pressuposto de que a informação é construída pelo sujeito que se relaciona com outros sujeitos, em sua totalidade vinculada às práticas sociais urbanas. Se essas estão relacionadas ao contexto social, entende-se que são fruto do crescimento urbano, industrial e comercial, da diferenciação de classes, da especialização do trabalho, das inovações tecnológicas, do acesso educacional, do bem-estar social e do entretenimento, no quadro da modernidade ocidental. Desse ponto de vista, as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são condições para o entendimento do que seja informação. A informação, assim, é constituída como força produtiva da sociedade, incorporando seu significado ontológico de *dar forma* a alguma coisa.

Esse é o ponto de partida para as questões teóricas e as propostas práticas que aqui são apresentadas no que se refere ao recorte informação-espço, incorporadas ao Grupo Culticom por meio dos projetos de pesquisa realizados pelo grupo Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS).¹ Na linha do horizonte está a possibilidade de

¹ PRAXIS é um grupo de pesquisa do CNPq, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG), com projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), CNPq e Pró-Reitoria de Extensão (Proex/UFMG). Mais informações sobre o grupo podem ser encontradas no site: <<http://www.arq.ufmg.br/praxis>>.

provocar a produção do *terceiro conhecimento*, não linear, mas circular, que valorize as inter-relações culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas construídas para enfrentar de modo mais coerente e atuante os desafios atuais da sociedade, especialmente aqueles atrelados à cidade. As bases de reflexão do grupo orientam-se pela premissa de que o direito à cidade, mais do que o direito ao que já existe, refere-se ao direito de transformar radicalmente aquilo que já existe, no contexto das transformações das cidades pelo capital, mais do que pelas pessoas (HARVEY, 2009). Essa premissa geral evidencia o ponto de partida de discursos mais amplos ante o modo como as cidades têm sido regidas pelo capital e a urgência da ação coletiva no enfrentamento do atual modelo de desenvolvimento econômico, caso se queira acessar o espaço urbano como aquele que satisfaça às necessidades humanas.

Nesse contexto, certamente inclui-se a teorização de Bourdieu (1997) sobre a apropriação socioespacial do espaço urbano, constituído pela relação de forças entre os atores sociais que o alimentam, o conservam ou o transformam em função de seus interesses diante dos objetos de disputas – entre eles moradia, serviços urbanos, museu, escola, hospital, equipamentos públicos, parques, praças, transporte, espaço público etc. Assim, a sociedade contemporânea se estrutura por meio da disputa pelo espaço urbano como igualmente estrutura a mesma disputa, sendo o espaço urbano determinado por forças produtivas.

O conceito marxista de força produtiva remete à relação entre o sujeito e a natureza material e ao modo como os sujeitos coletivos se organizam socialmente e tecnicamente para produzir. Infere-se, portanto, que as relações de trabalho contemporâneas vêm se transformando em razão da passagem da máquina-ferramenta para a máquina informacional, já que o modo de pensar, de agir e de viver também se transformou. Sabe-se que a informação sempre esteve presente na sociedade; mas apenas recentemente a informação e as tecnologias passaram a agir sobre os sujeitos em sociedade, organizando as interações técnicas, sociais e espaciais, quando os sujeitos passaram a agir sobre a informação e as tecnologias, concebendo e conduzindo máquinas, instalações, sistemas de produção e espaços – por isso, a chamada *revolução informacional*, termo cunhado por Lojkin (2002).

Tal revolução informacional é caracterizada “por sua penetrabilidade, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida.” (CASTELLS, 1999, p. 68). O espaço urbano, imerso em processos de mediações, torna-se, então, suporte social que implementa o processo informacional, mas muito além da aplicação simplista das ferramentas de tecnologias em um espaço específico. Esse processo, incorporado em todas as dimensões da realidade cotidiana, rearranja os fragmentos da sociedade por uma via tecnologizada (REYES, 2005), conferindo sentido à miríade de informações que a saturam – as condições sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas vivenciadas pelo ator social que usa, representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome. A informação e suas tecnologias aliadas aos processos sociais alteram as práticas espaciais e temporais, constituindo novas formas de interacionalidade social (REYES, 2005).

Entende-se que a revolução informacional, sendo componente das forças produtivas da modernização, atinge e transforma o espaço de modo altamente seletivo e desigual. A interposição e a limitação ao acesso e ao uso de informações, atributos presentes na produção do espaço urbano, têm alimentado processos excludentes, descumprindo os propósitos constitucionais e internacionais sobre a produção e o uso democráticos da cidade. Quando a informação se estende como força produtiva potencializada essencialmente pelo capital, torna o espaço urbano mercadoria desenhada, materializada e controlada por seus detentores, evidenciando a distinção social. Ao contrário, a possibilidade de processos colaborativos e horizontais, quando acompanhados pela mediação da informação entre todos os envolvidos, sinaliza a produção do espaço urbano assentada nas bases da coexistência socioespacial. O relacionamento horizontalizado de saberes, promovido com base no compartilhamento de informações, insere-se no paradigma participativo desenvolvido pelo educador Paulo Freire, a partir do reconhecimento dos sistemas de conhecimento (técnico-científico, sociocultural, tradicional ou “experencial”, referenciados pela realidade socioeconômica) de todos os envolvidos nos processos de produção e uso do espaço urbano.

Outro aspecto importante no entendimento da informação em prol da construção democrática do espaço urbano é o campo das práticas sociais como o lugar onde se dá o encontro não hegemônico de experiências, de visões de mundo e de saberes em diferentes abordagens de campos sociais distintos. Mais do que o acesso à informação, o encontro de diferentes visões possibilita a apropriação social do conhecimento como os primeiros passos para a emancipação social de setores sociais marginalizados (MACIEL e ALBAGLI, 2007). Além disso, em meio à dinâmica diálogo-apropriação, está o potencial de construção de conhecimento postulado por Santos (2005, p. 42): “pôr em relação e em interação, no quadro de práticas socialmente organizadas, materiais, instrumentos, maneiras de fazer, competências, de modo a criar algo que não existia antes”.

É por meio do esgotamento sanitário, problema essencial enfrentado pelos moradores de ocupações urbanas, mas também, de modo geral, presente nos assentamentos precários espalhados pelo país,² que o Grupo Praxis começou a desvelar tanto as restrições impostas pelo meio técnico-científico-informacional, essencialmente no que se refere à limitação ao acesso à informação, quanto as potencialidades de práticas cotidianas compartilhadas por meio da informação mediada.³ Marcada historicamente pela exclusão socioeconômica, a vulnerabilidade espacial presente nas ocupações ultrapassa a dimensão da ilegalidade jurídica. Em meio aos procedimentos do agir e do fazer, nos quais se incluem os instrumentos de regulação e de restrição do direito à cidade, os atores e as forças atuantes revelam-se como importantes elementos de análise da produção do espaço urbano.

² Em Belo Horizonte, o conceito de ocupação foi construído e definido pelo Grupo Executivo do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), vinculado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH), como “assentamentos originados de ocupações em terrenos ou edificações de propriedade de terceiros, públicas ou privadas, por iniciativa de movimentos organizados” (Versão final do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, apresentada em reunião do Conselho Municipal de Habitação, 14/07/2011, p. 24).

³ O termo *meio técnico-científico-informacional* foi cunhado por Milton Santos (2002) referindo-se ao período iniciado após os anos 1970, quando a ciência e a tecnologia, junto com a informação, necessária à ação realizada sobre as coisas, passam a constituir a própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço.

Em geral, arquitetos e urbanistas – mas também profissionais vinculados ao poder público – tendem a buscar soluções em resposta aos problemas identificados por meio de diagnósticos objetivos e pontuais, resultando em projetos chamados “*up-bottom*”, a ser inseridos em programas oficiais e formais (ROSA, 2011). Dentro de uma postura tecnicista, os especialistas não acessam informação sobre o que os cidadãos precisam. No que se refere ao esgotamento sanitário, não há rede coletora em torno das ocupações capaz de interligar todos os esgotos domésticos e suas tubulações, essas igualmente inexistentes em razão da limitação financeira das famílias. A solução tradicional e universal para o esgotamento sanitário das cidades, normatizada pelas concessionárias, revela a incapacidade técnica de se olhar os lugares, imersos em condições sociais, ambientais, espaciais e políticas próprias, que muitas vezes não permitem o acolhimento dessas ações “*up-bottom*”.

Nesse contexto, inferimos que as demandas sociais, se não remontadas a partir da reestruturação das perguntas, não se mantêm suficientes no estabelecimento de políticas públicas mais igualitárias e inclusivas. Primeiro, é preciso reconhecer o que as cidades são, essencialmente a partir do entendimento que: (1) os espaços se transformam ao longo do tempo, imersos no meio técnico-científico-informacional; (2) a moradia é elemento estruturante da cidade e estruturada pela cidade, relacionada com os sistemas articuladores que reorganizam o espaço urbano; (3) o envolvimento dos atores ante ao processo de tomada de decisão sobre a cidade se dá em razão da informação que faz sentido a todos, presente nas práticas sociais (formais e informais). Em seguida, é preciso propor ações referenciadas não exclusivamente por profissionais, técnicos e burocratas, atualmente calcadas pelo capital, mas ações ativadas pelos cidadãos.

O entendimento de que o espaço urbano é suporte social para a implementação do processo informacional, por meio do reconhecimento das condições sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas presentes nas cidades, possibilita o desvelamento de como a população produz e usa o espaço urbano em sua vida cotidiana. A partir do momento em que os chamados processos informais

se incorporam ao que o espaço urbano constitui, ou seja, o que a cidade é, amplia-se a potencialidade de iniciativas e de estratégias como “forças propulsoras da ativação e renovação do território urbano negligenciado” (HEHL, 2011, p. 150).

As conexões sociais entre os atores envolvidos na produção do espaço urbano, estabelecidas em redes e fundamentais nas práticas sociais urbanas, têm a informação mediada como *input* de uma “caixa-preta” (HEHL, 2011), constituída por modos de pensar, hábitos, tecnologias, forças e objetos, presente em plano ou programa que pode ou não ser traduzido em realidade com resultados mais ou menos controlados pelos interessados envolvidos no processo. Ou, em outras palavras, a dinâmica diálogo-apropriação postulada por Santos (2005). Nesse bojo, a informação mediada entre todos os envolvidos na produção do espaço urbano rompe com a dicotomia – autoridades e grupos marginalizados, governo e interesses locais, formal e informal – por meio do compartilhamento em rede.

As redes sociais existentes, ainda que nem sempre visíveis, se constituem entre atores social, cultural e politicamente diferentes, associados pelos processos de mediação da informação. As redes constituídas, assim, se empoderam para *falar* (LATOURETTE, 2005). O *terceiro conhecimento* que emerge das redes transforma, traduz, distorce e modifica o significado dos elementos que supostamente carrega, propiciando situações, circunstâncias e precedentes, tanto previstas quanto inusitadas, em prol da efetivação de ações (LATOURETTE, 2005).

Nas ações conjuntas entre moradores e pesquisadores do grupo Praxis está o estabelecimento de uma metodologia de ação, mas sem uma *receita* preestabelecida, a partir da mediação de informações entre a universidade e as famílias envolvidas na autoconstrução da moradia e do espaço urbano, baseada no diálogo comunicativo, recíproco, não hierárquico e desejado entre todos.⁴ Parte-se da legitimação do saber prático das famílias, incluindo-se valores, ideias e opiniões, e do compartilhamento

⁴ Diálogos é um projeto de pesquisa alinhado com a disciplina de graduação “Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários”, inseridos no curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, apoiado pela Fapemig, CNPq e Proex/UFMG. Ver: <<http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos/dialogos.html>>.

do acesso a saberes técnicos, permitindo-se, assim, o posicionamento crítico na tomada de decisão sobre o espaço urbano.

As primeiras ações giraram, naturalmente, em torno de soluções alternativas de esgotamento sanitário que podem ser imediatamente incorporadas pela concessionária local; ao contrário, as condições políticas e jurídicas impostas limitam suas ações, tornando-a mero espectador das práticas em andamento. A postura assumida pelos moradores e pesquisadores é a de compartilhar informação, relacionada tanto ao saber científico quanto ao saber popular, em formatos e linguagens não codificados de modo a se promover a informação construída por todos os envolvidos, ou seja, o terceiro conhecimento. Inseridos no universo da autoconstrução, as práticas seguem somente em razão da disponibilização de recursos financeiros e de mão de obra provindos de moradores, parentes, amigos, voluntários, alunos e pesquisadores. Em vários momentos, divergências e conflitos acontecem, revelando, por um lado, a inexperiência dos envolvidos na participação de processos horizontais mas, por outro lado, a potencialidade da informação como aquilo que aciona ou dispara, ou melhor, simplesmente medeia as relações entre objetos, conteúdos e atores.

INFORMAÇÃO E LEITURA

Para se estabelecer uma relação de interdisciplinaridade entre informação e leitura, um dos pressupostos fundamentais diz respeito à exigência de se repensar o conceito tradicional de leitura, sobretudo aquele colado à sua “escolarização”. Nesta, as mensagens textuais são frequentemente indecifráveis, apesar de foneticamente recuperáveis pelos alfabetizados e sua necessidade de decodificação. Outra premissa é a compreensão de que a leitura deixa de ser percebida como a recepção passiva de conteúdos preestabelecidos, imanentes ao texto, para ser encarada como um processo de criação de sentidos, provocando uma conscientização sobre a linguagem.

O aporte inicial, vindo dos estudos literários, avança desde uma teoria da recepção (ISER, 1996) para uma teoria do efeito (JAUSS, 1979), até chegar à centralização do sujeito leitor. Assim, são questões do debate que contemporaneamente cerca a área: o leitor, inserido no social e com ele dialogando, como um novo objeto

de estudo mais relevante do que o texto literário; o contexto como negociação, mais do que interação, para o receptor da obra literária; a abordagem empírica como novo paradigma para a investigação; a interdisciplinaridade como instrumental; a articulação entre o sistema sujeito, o sistema literatura e o sistema sociedade, em lugar da análise de textos literários; uma teoria da literatura cujo objeto seja outro que *não* um conjunto de obras isoladas; a literatura como necessidade da sociedade; a autopoiese (autorreferências articulando-se a eventos externos e à linguagem); a questão do sujeito neste processo cognitivo – um indivíduo histórico em permanente interação. Essas bases teórico-metodológico-pedagógicas com enfoque interdisciplinar se construíram no Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), da Fundação Biblioteca Nacional (gestão 1992-1996), entendendo que, para a formação de um leitor crítico, antes tinha sido necessária sua *sensibilização*, depois se precisou pensar acerca de sua *recepção* como força propulsora, para chegar-se à fundamental interação entre leitor e contexto. O trabalho feito pelo Grupo Culticom igualmente destaca essa circularidade dos saberes proporcionada pela faceta interdisciplinar da informação.

Informação e leitura são, portanto, processos no quadro dos fenômenos que se inscrevem na esfera social. A atual indagação é sobre o valor de ambas como práticas de significação em nossa sociedade. Seus pressupostos dirigem-se à reflexão sobre a interpretação, a centralidade dos sujeitos como tema e finalidade, o papel da linguagem (fala, discurso, silêncio, narrativas), e sobre a ação. Assim, informação e leitura conformam redes possibilitadoras em suas estratégias de apropriação, produção e comunicação dos sentidos do viver; constituem-se como campos propícios ao questionamento sobre as práticas do cotidiano.

Nesse sentido, a hipótese de que leitura e informação, enquanto processos simbólicos, podem configurar-se como territórios de (re)significação para os sujeitos sociais, na medida em que servindo-lhes tanto como possibilidade de apropriação e produção quanto de compartilhamento de saberes, oportunizam a constituição de singularidades que se vão conscientizando articuladas (no) com o contexto, tecendo comunidades intersubjetivas, transformando realidades. A noção de

práticas culturais é enfoque básico de um novo jeito de olhar, que aponta para os gestos, os modos, os fazeres, os querereres, os pensares, os saberes dos sujeitos sociais. São as táticas de enfrentamento, no cotidiano, contra as estratégias de uma realidade muitas vezes (ou quase sempre) constituída ao largo das pluralidades. As práticas leitoras e informacionais configuram-se assim como exercícios para a construção dos sujeitos sociais conscientes e críticos de suas possibilidades enquanto produtores e receptores desse fluxo material e simbólico, com o qual vão integrar-se e interagir. É nesse sentido que há um movimento constante de construção a partir das intersubjetividades, pois os sujeitos, singularidades que são, constroem-se verdadeiramente em relação com o outro, em constante e contínua interação, abrindo possibilidades de reelaboração dos significados, do sentido das coisas no mundo, contexto maior desse agir com o outro.

A leitura possibilita a percepção de que o que há são os sistemas de sentido, estéticos e polivalentes, permanentemente inquietos e móveis; esta leitura apreendida de uma literatura que não está aí para explicar (pois, assim, seria pedagogia), mas para seduzir, instigar. Essa leitura-instrumental de um leitor que, instigado, atentar-se-á para os variados discursos, e, portanto, interferirá, transformará o mundo em que vive. Um cidadão, esse leitor, informando(-se) e expressando(-se) (n)o compreendido: construção.

Ao atentar sobre o caráter interdisciplinar de ambas, percebem-se conexões, pois informação e leitura possibilitam uma (re)invenção do sentido, principalmente através dos gestos de leitura/gestos informacionais, experiências cotidianas dos sujeitos da contemporaneidade, inseridas nos estudos do cotidiano, dos modos de fazer, da chamada ciência da prática. E é através dos sujeitos sociais que se torna possível a transformação da sociedade; uma transformação possibilitada pela inserção das redes afetivas. Redes de comunicação baseadas na ação, no agir comunicativo, que pressupõe o diálogo. Interlocação latente, diferenças, intersubjetividades. Não uma ação para o outro, mas com o outro, desde sempre.

Ainda, e por causa mesmo desse movimento mencionado, na ação, elabora-se a percepção acerca do terceiro, do trans, atendendo ao atributo político da

informação e da leitura. É numa *pedagogia da transformação* (Nóbrega, 2002) que este “terceiro instruído”, como diz Serres (1994), se constrói. Os modos de fazer informacionais, assim implementados, transfiguram-se nas táticas de resistência do cotidiano, no dizer de Certeau, e se constroem como contraponto às estratégias estabelecidas pelo processo hegemônico das instituições.

Na abordagem antropológica da informação e da leitura é equivocada a visão de um *a priori*, pois o que há é criação histórica, é construção dos textos todos do mundo. Cultura que se (re)produz e modifica constantemente. Porém, é preciso acompanhar Sodré (2000) em sua reflexão a respeito do perigo de os mistérios humanos serem açambarcados pela “cultura” (se busca conhecer para melhor dominar?) – a operação de interpretação que a pesquisa antropológica executa é, na verdade, dominadora, pois, subjacente a toda operação de desvendamento está implícita uma ideologia, uma leitura de mundo.

Na contemporaneidade, o conhecimento que resulta da ação e das relações dos sujeitos em seu fazer na história, em suas práticas culturais, é sempre um conhecimento contextual. Para Santos (1996), os contextos são um “mundo de vida”, servido por um saber comum, sendo, assim, uma comunidade de saber. Saber que é consentido e problematizado pelos diferentes sujeitos que conformam essa comunidade. Porém, não o consenso significando aceitação, permanência, repetição, imobilismo; e sim aquele que significa acordo, compromissos que podem ser revistos, relidos de outros pontos de vista, conformando novos modos de compreensão. Reelaborações. Santos enfatiza os saberes “comuns”, em detrimento de determinado conhecimento científico, ao questionar a finalidade de ambos: a partir de qual estaríamos aprendendo sobre a vida?

Interpretação e linguagem: o leitor

O leitor está no centro da roda, fruto de processo no qual interpretação e representação (se) estruturam (n)as relações. Constrói o mundo à medida que se constrói como singularidade – pois a representação não é simples elemento psíquico; o sujeito está em cada representação que o constitui; está nas ligações que estabelece

entre as variadas representações que o envolvem enquanto ser no mundo. Em última instância, a representação é a própria subjetividade. É nesse sentido que Deleuze e Guattari (1995) pensam a construção em termos de *rizoma*. Enquanto estrutura rizomática, a construção é sempre desmontável, modificável, repleta de múltiplos pontos de entrada e saída, brechas e possibilidades de conexões; é hipertextual, por assim dizer. Conceitos, então, para os autores, são como fragmentos de um caos (que não é desordem, mas virtualidade pura, possibilitadora de múltiplos acontecimentos). Portanto, há que cuidar se perceber que, instrumentalizada pela linguagem, que é uma instituição, a representação pode também significar uma ordem e, pois, ser um sistema fechado, ter uma ação manipuladora, de dispositivo de produção de sentido. Quando represento, classifico. E classificar é, certamente, um exercício de poder.⁵ Conforme Eco (1993, p. 16-21): “Nada nos proíbe de usar um texto para devanear, e fazemos isso com frequência, [porém o autor-modelo] manifesta como uma estratégia narrativa um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo.” Nesse sentido, na obra literária uma concepção de interpretação é regulada por orientações previstas no próprio texto. A questão a considerar, então, é sobre interpretações autorizadas ou não.

Uma contribuição para os estudos informacionais é a percepção do caráter político da interpretação. A análise dos discursos é bom mecanismo teórico-metodológico de aproximação quando fala das políticas do silenciamento; sobre os apagamentos subjacentes aos atos de interpretar: o silenciamento dos sentidos através de uma política de controle dos processos de significação. Se interpretar não é só decodificar, mas construir, esse olhar sobre o mundo, que parte de um sujeito social e historicamente constituído – portanto, passível de *contaminação*, i.e., de interpretarem por ele – *produz* sentido. E se quem produz sentido produz texto, vale a pergunta: qual seu texto, sua inscrição no mundo, sua marca de criador?

⁵ Enquanto organizadora das representações coletivas e, principalmente, enquanto produtora de representações (linguagens documentárias, frutos de interpretações), a ciência da informação precisa considerar seus instrumentais organizativos – tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, bibliografias etc. – não como representações inócuas, instrumentos neutros em sua produção e uso.

O Grupo Culticom semeia nesse solo. Marteleto (2002), para construir o conceito de “excedente informacional”, compreende que cultura e informação não são somente instrumentos voltados para a reprodução das relações sociais objetivas, mas um movimento de produção simbólica de invenção de nossas realidades, de jogo com o real. A linguagem, pela qual se expressam as informações, tem caráter social, se presentifica nos relatos, nas narrações. Linguagem é um discurso *com*, em que sujeito e objeto se conhecem, interpenetram, se renovam e se recriam. Assim, o sentido das palavras emerge por intersubjetividade, o que quer dizer que o significado dos textos todos do mundo é constituído por cada um dos sujeitos que participam do processo de comunicação, ou seja: todo aquele que lê, de algum modo, é autor.

Nossa vida é só linguagem enquanto palavras que se comunicam: é só com esse exercício de troca que a linguagem estabelece uma referência sobre o mundo. Mas, evidentemente, a atribuição do sentido é um dado cultural. O modo de existência da linguagem é dialógico, pois em cada texto, em cada enunciado, em cada palavra ressoam duas vozes: a do eu e a do outro. Desse jeito, o sujeito social demarca, na sua fala, o seu entendimento do mundo. Mundo que é, ao mesmo tempo, instituidor dessa fala e é constituído por ela.

Havelock (1995), enfatizando MacLuhan como pioneiro nos estudos da oralidade, historiciza a questão e traz um bom conceito, o das “artes orais”, para a prática educacional. Por milênios, a organização da vida, do mundo, se deu pela linguagem oral, pois a escrita era restrita às elites clericais, aos comerciantes. Propõe que se desenvolva nosso legado oral. Preconiza o ensino da escrita precedido por intensa incursão em canções, danças, com ênfase na recitação – narrativa e rítmica conjugadas; múltiplas linguagens. Refletindo sobre seu próprio percurso, diz que na leitura de Homero encontrou uma sabedoria proverbial e sentimentos habituais da comunidade. Os poemas homéricos, assim, podem ser vistos como enormes repositórios da informação cultural, abrangendo costumes, leis e propriedades culturais que foram armazenadas; são como uma enciclopédia tribal.

Na narrativa, o ouvinte é cúmplice, acompanha, compartilha (BENJAMIN, 1994). Para ele, o grande narrador tem suas raízes no popular, que é um *acervo de*

experiências, possibilitadas pela linguagem, pelo imaginário. Logo, o desaparecimento da arte de narrar está estreitamente vinculado à perda da faculdade que sempre sustentou e alimentou todas as narrativas: a faculdade de intercambiar experiências. Assim compreendendo, poderíamos ainda nos indagar: e a leitura? E a informação?

Informação e leitura passam a ser, então, instrumentos de cidadania, já que, pelo relevo dado à auto-poiese, haverá sempre a possibilidade de inserção social para o sujeito leitor. No centro dos debates não mais só o texto literário, mas uma teoria da ação, utilizando-se de modelos da ação comunicativa. Uma leitura, pois, para a vida. E, portanto, desta leitura surgirá um leitor construtor de si e do mundo; que estará sempre diante do outro, em comunicação, a intersubjetividade em perene negociação para a criação da informação.

CONCLUSÕES

O capítulo tratou de mostrar algumas demarcações da Linha de Pesquisa Informação, Cultura e Sociedade, iniciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict/UFRJ, nos anos de 1980, e, nela, do Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais (Culticom). Elegeram-se três campos ou áreas de interlocução interdisciplinar com a informação – a saúde, o urbanismo, a leitura – para deles extrair alguns traços fundantes e comuns a respeito da relação cultura-informação-sociedade, no contexto de uma cultura informacional.

O primeiro deles é o da expressão da informação como fenômeno cultural e social, associado aos modos como circulam e são apropriados coletivamente os sentidos produzidos pela ciência, pela escola, pelas mídias, em processos de apropriação e ressignificação de conhecimentos que recolocam em novas bases a relação entre a ciência e a esfera pública, entre os conhecimentos científicos e outras formas de conhecer. O segundo é a fragmentação dos sujeitos em múltiplas facetas, quando se estudam as práticas informacionais inseridas na sociedade e na cultura, seja como indivíduo isolado instalado nos espaços virtuais, seja como leitor abrindo significados, seja como sujeito coletivo atuando em redes de participação

social. É relevante interpretar os usos, consumos, leituras e apropriações como atos políticos de escolha, uma vez que informar ou informar-se exigem a comunicação e a interação. Terceiro, a cultura informacional, mais do que uma moldura que enquadra o social, é uma reconstrução que se renova e se refaz pelas práticas sociais, dentre elas as práticas informacionais, em suas dimensões utilitárias e simbólicas.

Saúde, espaço, leitura comportam-se nessa direção como redes sociais e territórios de significados no quadro da cultura informacional, e demandam a interdisciplinaridade para o estudo dos seus objetos pelo ângulo das práticas sociais de informação, inaugurando novas epistemologias sociais e metodologias interativas para acompanhar a complexidade dos regimes de conhecimento e informação. Como caminho metodológico, destacam-se as narrativas, as falas e as ações dos sujeitos coletivos atuando em redes dinâmicas e ativas animadas por fluxos, a partir do movimento do social.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. São Paulo: Vozes, 1997.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Maria Alice Pessanha; ACIOLI, Sonia; STOTZ, Eduardo Navarro. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão (org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAVALLON, Jean (dir.). *L'économie des écritures sur le web: traces d'usage dans un corpus de sites de tourisme*. v.1. Paris: Hermès, Lavoisier, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. Belém, *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy (orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

HEHL, Rainer. A convergência de micro e macroatores rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas. In: ROSA, M. L. *Micro Planejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Criativa, 2011.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *A Estética da Recepção: colocações gerais*. In: LIMA, Luiz Costa (coord.). *A literatura e o leitor: textos da Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JEANNERET, Yves. Le partage des connaissances entre métamorphose des médias et poétique des discours. In: METZGER, J.P. (dir.). *Médiation et représentation des savoirs*. Paris: L'Harmattan, 2004.

JEANNERET, Yves. *Penser la trivialité: la vie triviale des êtres culturels*. v. 1. Paris: Hermès-Science, Lavoisier, 2008.

JEANNERET, Yves.. *Y-a-t-il (vraiment) des technologies de l'information?* Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: UNESCO, 2007.

MARTELETO, Regina M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? Brasília: *Ciência da Informação*, v. 16, n. 2, p. 169-180, 1987.

_____. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. Belo Horizonte: *Revista de Biblioteconomia da UFMG*, v. 23, n. 2, p. 115-137, 1994.

_____. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*: México, v. 14, n. 29, p. 69-94, 2000.

_____. Conhecimento e redes sociais: a informação em movimento e sua interpretação. In: GÓNZALEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006.

_____. Conhecimento e sociedade – pressupostos da Antropologia da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. UFPb, 2002.

MARTELETO, Regina M.; VALLA, Victor. Informação e Educação Popular: o conhecimento social no campo da saúde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 8-21, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. Saúde e doença como expressão cultural. In: AMÂNCIO FILHO, Antenor; MOREIRA, Maria Cecília G.B. (orgs.). *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: Fiocruz 1997.

_____. *O desafio do conhecimento*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NÓBREGA, Nanci G. da. *Conjugando o gerúndio: Antropologia da Informação e Leitura – percursos de leitor*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação Ibict-UFRJ, 2002.

RIBEIRO, Leila Beatriz. *Narrativas informacionais: cinema e informação como invenções modernas*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação Ibict-UFRJ, 2005.

REYES, Paulo. *Quando a rua vira corpo*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

ROSA, Marcos L. *Micro Planejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Criativa, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

_____. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Reinventar a emancipação social para novos manifestos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002 (Coleção Milton Santos).

SERRES, Michel. *O Terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SODRÉ, Muniz. [*Aula inaugural*] Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Ibict-UFRJ, 2000.

_____. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

TARDY, Cécile, JEANNERET, Yves (dir.). *L'écriture des médias informatisés: espaces et pratiques*. Paris: Hermès, Lavoisier, 2007.